

# Forma Escolar nos Painéis Funarte de Regência Coral (1981-1989): expressão de controle na seleção e distribuição de conhecimentos musicais

---

Manoel Câmara Rasslan  
UFMS / Observatório de Cultura Escolar<sup>1</sup>  
camaraviva@gmail.com

**E**ste texto tem a finalidade de apresentar resultados de pesquisa de doutorado concluída, que teve como objeto os Painéis Funarte de Regência Coral, realizados de 1981 a 1989, que se configuraram em uma das ações do Projeto Villa-Lobos, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Música da Fundação Nacional de Arte – INM/FUNARTE. Esses Painéis tinham como objetivo o desenvolvimento do canto coral no Brasil, estabelecendo como foco a formação de regentes que atendessem à demanda por profissionais para atuarem frente aos coros brasileiros, nas mais diversas regiões do país e que, consequentemente, permitisse a criação e o desenvolvimento de coros que se estabelecessem como centros irradiadores da prática e distribuição de conhecimento musical.

As ações do INM/FUNARTE podem ser analisadas como consequência da política cultural estabelecida pelo governo brasileiro a partir de 1975. As atribuições daquele órgão, criado pela Lei nº 6.312 de 16 de dezembro de 1975 e que, efetivamente, entra em funcionamento em 16 de março de 1976, eram as seguintes:

Formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artísticas;

---

<sup>1</sup> Este artigo, que resulta de tese de doutorado produzida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, dentro da Linha de Pesquisa Escola Cultura e Disciplinas Escolares, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Cultura Escolar, foi apresentado no VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: movimentos sociais e educação, ocorrido na UERJ, no Rio de Janeiro, em junho de 2015.

Apoiar a preservação dos valores culturais caracterizados nas manifestações artísticas e tradicionais, representativas da personalidade do povo brasileiro;  
Apoiar as instituições culturais oficiais ou privadas que visem ao desenvolvimento artístico nacional. (FUNARTE, 1979, p. 3)

Em suas diretrizes a FUNARTE apresentava o objetivo de formar recursos humanos para a área cultural, além de estimular o aumento do número de consumidores culturais e artísticos. Nesse sentido, Rodrigues (1996), aponta que “o estímulo à produção, à criação artística não faria qualquer sentido se não estivesse acompanhado do estímulo à formação de um público consumidor significativo.” (RODRIGUES, 1996, P. 59).

Outro fator determinante para a criação da Fundação Nacional de Arte foi a implantação do Programa de Ação Cultural – PAC, instituído no Ministério de Educação e Cultura, em 1973, vinculado ao Departamento de Assuntos Culturais daquele Ministério, cujo orçamento era destinado à “tarefa de levar a todos os brasileiros uma cultura acessível” (FUNARTE, 1979, p. 3).

Portanto, o PAC tinha como objetivos o estímulo à produção cultural e artística, bem como à preservação do patrimônio cultural brasileiro, que só se concretizariam com uma infraestrutura que aparelhasse com espaços físicos, materiais e equipamentos, e também com o desenvolvimento de recursos humanos com formação necessária à promoção das ações culturais propostas para as mais variadas regiões brasileiras. Segundo Botelho (2001), um diagnóstico prévio da precariedade da infraestrutura, naquele momento, impedia o acesso de todos aos bens culturais, tais como a música.

Rodrigues (1996) refere-se às ações do Programa de Ação Cultural – PAC, como “Movimentação Cultural” que procurou interiorizar eventos culturais, a exemplo de peças teatrais e apresentações musicais. Sobre os problemas encontrados pelo país, naquela época, a autora aponta:

À medida em que os grupos musicais e orquestras viajavam pelo país, constatou-se, em várias regiões brasileiras, a necessidade do oferecimento de cursos de reciclagem e de aperfeiçoamento de músicos, bem como a ausência de bons instrumentos musicais; não tanto de bons instrumentistas e músicos, mas de instrumentos adequados para a utilização dos profissionais. (RODRIGUES, 1996, p. 42).

Portanto, foi da perspectiva de superação de problemas para o desenvolvimento da área cultural, alguns deles diagnosticados durante a realização

das ações do PAC, que surgiu a necessidade da existência de um órgão, dentro do Ministério de Educação e Cultura, que se responsabilizasse pelo incremento da área e a operacionalização da política estabelecida. Segundo Botelho (2001) estas razões sustentaram a criação da FUNARTE.

O Instituto Nacional de Música fez parte, desde o início, da estrutura da FUNARTE. O Projeto Villa-Lobos/INM, sintonizado com a política cultural do Governo, no que se refere à formação e desenvolvimento de recursos humanos, estabeleceu metas para o desenvolvimento do canto coral brasileiro. Dentro dessas metas o foco foi a formação e aperfeiçoamento de regentes na perspectiva de estimular a constituição de mais coros e com melhor qualidade. Encontramos nesse sentido, em relatório de atividades da FUNARTE, a seguinte justificativa:

De pouco adiantará investir na formação de novos grupos, nos encontros, nos festivais e nos concursos que visam a formação de um repertório para coro, sem que se atenda de modo muito direto, positivo e imediato àquele que é a mola propulsora de toda a atividade coral – o regente. Daí a resolução do Projeto Villa-Lobos de promover reuniões de consulta e planejamento e cursos de reciclagem para regentes de coros infantis e adultos, com a finalidade de atualizar técnicas e abrir novas perspectivas no campo da regência coral. (FUNARTE, 1981, p. 37).

O Projeto Villa-Lobos considerou, no planejamento e implantação de suas ações, o conhecimento da realidade dos coros brasileiros. A partir de diagnóstico de suas necessidades e dificuldades, programou-se então, de forma sistêmica e integrada, primeiramente laboratórios corais e, num segundo momento, cursos intensivos de regência coral e técnica vocal, que eram ministrados nas cidades, dos diversos estados brasileiros. A definição das ações mencionadas é encontrada no Projeto Villa-Lobos da seguinte forma:

LABORATÓRIO CORAL: É uma atividade comunitária. Oferece aos corais participantes a oportunidade de um aprimoramento técnico e promove o conagraçamento entre os grupos da comunidade através da participação conjunta durante os dias de Laboratório. É dirigido por Maestro enviado pelo INM - FUNARTE que procura conscientizar os corais da necessidade de se articular para dar continuidade ao trabalho.

CURSO DE REGÊNCIA CORAL: Sendo um curso de pequena duração, o objetivo maior e imediato é a conscientização da necessidade de um sólido conhecimento técnico-musical e de um maior entrosamento entre regentes. Em muitos casos há uma reformulação de conceitos entre aqueles que já estão em exercício efetivo.

É fundamental para o desenvolvimento do Projeto, Villa-Lobos, elevar os níveis dos coros que sem dúvida é o reflexo do preparo do seu regente (INM/FUNARTE, Projeto Villa Lobos, 1979).

A organização dessas ações indicava a tentativa de materializar uma política curricular para a formação de regentes corais, estabelecida em escala de grau e importância dos conhecimentos a serem transmitidos. Primeiramente, os Laboratórios Corais possibilitavam a compreensão da situação da música coral nas cidades e regiões visitadas pela equipe de técnicos, regentes e preparadores vocais e, em seguida os Cursos de Regência Coral eram oferecidos para aprimorar os conhecimentos técnicos e artísticos, não desprezando os conhecimentos já obtidos pelos participantes em outros espaços ou instituições e estimulando o constante aprimoramento desses conhecimentos e o aprendizado de outros definidos como necessários a esses profissionais.

Como critério para o atendimento à demanda por essas atividades, seriam atendidas as cidades que respondessem ao cadastramento de seus coros e regentes junto INM/FUNARTE. A necessidade de se aprofundar as discussões sobre essas primeiras iniciativas, reunindo em um só evento os profissionais interessados em canto coral e educação musical, oriundos das mais variadas regiões brasileiras, foram idealizados os Painéis Funarte de Regência Coral. Sendo assim, a partir de 1981 as diversas ações do Projeto Villa-Lobos passaram a convergir para os Painéis, cuja importância é confirmada por Lackchevitz (2006):

Antes dos painéis as pessoas [regentes] estavam sozinhas, isoladas. Ninguém sabia de ninguém. Todo mundo começava sempre do zero, fato agravado ainda mais pela grande extensão do território brasileiro. Então a primeira grande virtude dos Painéis de Regência Coral foi essa, da congregação, do intercâmbio. As pessoas identificavam muitos problemas em comum, e os discutiam entre si, em conversas informais ou em apresentações e exposições de trabalhos, numa grande reunião, em ensaios abertos ou concertos. Aos poucos eu pude medir a eficácia dos painéis também pela mudança no conteúdo dos pedidos que chegavam à FUNARTE. Antes eram mais no sentido material: um piano, um conjunto de estantes, partituras, etc [...] sempre optamos pelo desenvolvimento dos recursos humanos, em vez do patrocínio material. (LAKSCHEVITZ, 2006, p. 63).

Do rol de documentos resultantes das ações do Projeto Villa-Lobos fazem parte correspondências oficiais, projetos, relatórios de atividades das gestões da FUNARTE e, sobretudo, os relatórios das edições dos Painéis. Essas fontes

documentais foram consideradas em nossa investigação por possibilitarem a construção dos nexos que envolveram a escolha do canto coral como área a ser estimulada, as justificativas apresentadas para tanto, assim como o estabelecimento de estratégias empregadas para a seleção e distribuição de conhecimentos musicais.

Ancorados nos aportes teóricos da sociologia da cultura e da teoria crítica do currículo, a nossa investigação caminhou no sentido de revelar quais conteúdos foram selecionados como capazes de formar regentes, que atendessem a uma política de governo estabelecida, assim como de que forma eles foram transmitidos e legitimados no interior dos Painéis.

A intenção de formar regentes corais para o desenvolvimento do canto coral no Brasil nos levou a trabalhar com a hipótese de que os Painéis Funarte de Regência Coral, expressão de política cultural, se estabeleceram como política curricular, pela seleção de conhecimento e forma de distribuição dos mesmos.

## Nos documentos a expressão do mecanismo de seleção de conhecimentos

Do conjunto de documentos encontrados durante a pesquisa, consideramos especialmente importantes os relatórios dos nove Painéis investigados. A cada edição do evento o seu coordenador geral reunia, em um único relatório, todas as informações das atividades programadas e realizadas que, por sua vez, eram reportadas por seus ministrantes. Dessa maneira, esses documentos apresentam com detalhes as atividades desenvolvidas em cada Painei, revelando conteúdos ministrados, dinâmicas pedagógicas propostas, assim como problemas encontrados em sua organização e execução.

A partir das diferenças percebidas nos relatórios, no que se refere ao tipo de atividade programada para cada Painei, identificadas por diferentes nomenclaturas (cursos, oficinas, seminários, etc.), foi necessária a comparação destes documentos no sentido de identificar quais conteúdos foram pensados como necessários para a formação de regentes naquele período.

A diversidade de coros existentes, diagnosticadas pelo Projeto Villa-Lobos em consulta prévia às instituições brasileiras, públicas e privadas, tais como

secretarias de estados e municípios, associações, escolas de música e universidades, apontaram para a necessidade de formar regentes que atuassem frente a coros diversos, não somente no que se refere à formação: infanto-juvenis, adultos, de vozes iguais ou mistos, como também no que se refere a sua constituição majoritariamente por leigos, por pessoas que procuravam os coros para se aproximar da expressão musical.

No exercício de comparação dos relatórios consideramos as técnicas do estudo comparado, com objetivo de identificar áreas de comparação que pudessem revelar conteúdos selecionados como capazes de formar regente corais. Ferreira (2009) ao abordar o estudo comparado afirma que:

Comparação em Educação gera uma dinâmica de raciocínio que obriga a identificar semelhanças e diferenças entre dois ou mais fatos, fenômenos ou processos educativos e a interpretá-las levando em consideração a relação destes com o contexto social, político, econômico, cultural, etc. a que pertencem. Daí a necessidade de outros dados, da compreensão de outros discursos. (FERREIRA, 2009, p. 138).

O autor citado pondera sobre as diversas abordagens com as quais metodologicamente são operadas as comparações em educação, propondo para a abordagem sócio histórica a superação da simples descrição dos fatos sociais para sua compreensão e interpretação que aponte sentidos aos quais eles se vinculam.

Nesse sentido, ao construirmos as áreas de comparação nossa preocupação foi com a percepção dos conteúdos, que constavam nos relatórios analisados, bem como a relação dos mesmos com o perfil do regente que era necessário formar para cumprir com a política cultural, cuja implantação era responsabilidade da FUNARTE.

É necessário compreender a situação dos setores político e cultural do país no momento histórico representado pela década de 1970. Em investigações anteriormente realizadas por Rodrigues (1996); Botelho (2001); e Silva (2001), é atribuída, como justificativa para o interesse do governo pela área cultural, a perspectiva de abertura política que começava a ser articulada dentro do regime militar. Portanto, o estabelecimento de políticas específicas para a área cultural, principalmente no que se refere à produção artística, era “uma tentativa do governo de ‘degelo’ em relação aos intelectuais e aos artistas, um

governo que procurava e precisava de apoio e sustentação para o próprio sistema.” (RODRIGUES, 1996, p. 40).

Botelho (2001) reforça o interesse do governo pela abertura política como responsável pelo apoio à área cultural e mesmo pela formulação de uma Política Nacional de Cultura, em 1975. Segundo a autora, “nada mais simpático e significativo de abertura do que a área cultural que, com baixo investimento de recursos, traz um retorno imediato, já que a classe artística é uma importante formadora de opinião. (BOTELHO, 2001, p. 70).

As autoras referenciadas nos dois parágrafos acima permitem nossa compreensão da política cultural, daquele período histórico brasileiro, como vinculada à política de governo e não de Estado pelo imediatismo com que foi justificada. Refletindo sobre a diferença entre as duas Oliveira (2011) esclarece:

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência o Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

As nossas análises levaram a construção das seguintes áreas de comparação:

Regência Coral – relacionada aos conteúdos de técnica de regência, percepção musical, análise e seleção de repertório musical;  
Canto – relacionada à técnica e expressão vocal e sua relação com gêneros e estilos musicais;  
Metodologia e Dinâmica de Ensaio – relacionada à preparação e condução dos ensaios de coros na perspectiva de aprendizado musical;  
Coro como Espaço de Educação e Distribuição de conhecimento – relacionada à possibilidade de ampliar a concepção do coro, para além de um grupo restrito à performance musical, em espaço de valorização do processo de aprendizagem, de estímulo abrangente às atividades relacionadas ao canto coral e, por fim, de distribuição do conhecimento ali produzido.

Ao relacionar as áreas de comparação e os conteúdos nelas presentes com o perfil do regente que se pretendia formar, concluímos que, para ter

intonia com a política cultural proposta, o regente devia ter formação que lhe possibilitasse agir como educador musical, capacitado a aproximar cantores e música (s), e a superar as dificuldades próprias da falta de formação prévia desses cantores, assim como a precária estrutura dos grupos existentes no país.

Ao investigar os resultados de um projeto vinculado à política cultural implantada em determinado período histórico, consideramos a arbitrariedade que envolve as escolhas do que deve ou não ser estimulado, assim como a quem devem servir as ações. Ao trazer a discussão do conceito de política cultural para o contexto da educação, Apple (2001) argumenta que “um dos aspectos mais cruciais da política é a luta para definir a realidade social e interpretar as aspirações e necessidades básicas das pessoas.” (APPLE, 2001, p. 51).

A análise das fontes documentais de nossa investigação permite confirmar que a seleção de conhecimentos foi operada na confluência de dois campos, o artístico e o educativo. Consideramos o conceito de campo desenvolvido por Bourdieu (1998), como sendo configurado pelas forças de agentes nele presentes, munidos de capitais econômico, cultural, simbólico e social. Nos Painéis, a origem, formação e interesses da equipe de ministrantes, agentes do campo artístico, constituíram, portanto, fatores importantes a considerar.

Identificamos a equipe de ministrantes das ações do Projeto Villa-Lobos como sendo composta por músicos profissionais vinculados às universidades, escolas de música, orquestras e coros, reunidos pelo critério de possuírem a “mais alta e expressiva atuação na música coral brasileira” (INM/FUNARTE, Relatório de Atividades do Projeto Villa Lobos de 1977 a 1980). Esse grupo, munido de poder sobre o conhecimento musical, pelo volume de capital cultural e simbólico, configurou-se como o que Apple (2008) denomina de comunidade de estudiosos, *comunidade epistêmica*, responsável pela atribuição de valor ao conhecimento selecionado.

A relação entre poder de seleção e o conhecimento a ser transmitido sob a justificativa da neutralidade, configurada em conhecimento legítimo, é, em si, uma forma de manipulação nem sempre visível. Nesse sentido aponta para o poder exercido pelas instituições que reproduzem e tornam legítimo o sistema de desigualdade e que contam para tanto com o “papel desempenhado pelos intelectuais, como os educadores, que ocupam profissões cujo objetivo é assistir, ajudar” (APPLE, 2008, p. 191).



Bourdieu (2009) colabora na compreensão dos mecanismos que permitem a naturalização das escolhas operadas na seleção de conhecimentos proposta pela equipe composta por agentes do campo artístico, ao esclarecer seu conceito de *habitus*, como dispositivo estruturador do campo da seguinte forma:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2009, p. 87).

Percebemos a estrutura de *habitus* proposta por Bourdieu (2009), na maneira como foi naturalizada a seleção dos conhecimentos musicais necessários à formação de regentes. É a mesma estrutura que orienta a exigência dos alunos, dos Painéis de Regência, pelas aulas convencionais, no lugar das vivências formativas propostas pelo Projeto Villa-Lobos, que trataremos na parte do texto relacionada à forma escolar a seguir.

A proposição de conhecimentos como parte de política cultural, foi se transformando em política curricular. Ao serem revelados, a partir das fontes documentais, a seleção e distribuição dos mesmos no interior dos Painéis e, por conseguinte, projetando-se para os cantores vinculados aos coros brasileiros, desvelamos o processo de curricularização de conhecimentos musicais.

O currículo é resultado de um projeto cultural, social e político que “só pode ser construído na base de ideologias ou de sistemas de ideias, valores, atitudes, crenças, partilhadas por um grupo de pessoas com um peso significativo na sua elaboração” (PACHECO, 2005, p. 66).

A validade e legitimidade dos conhecimentos musicais transmitidos pelos/nos Painéis tiveram a colaboração dos profissionais que fizeram parte da equipe reunida pela FUNARTE. Suas decisões tiveram, na disposição de *habitus*, a condição de naturalização das escolhas tanto dos conteúdos quanto dos métodos para sua transmissão.

## Forma Escolar: expressão de controle na seleção e distribuição de conhecimento

Dois fatos são evidentes nos relatórios dos Painéis: o primeiro diz respeito ao “discipulado” como estratégia de recrutamento de alunos. O segundo, é a prescrição de “vivências formativas” como forma de organização do espaço e tempo de *ensinoaprendizagem*<sup>2</sup>.

A prática do “discipulado” propunha que os regentes observassem em seus grupos “os cantores mais vocacionados para desenvolver as funções de regência e orientasse o caminho em que deve seguir.” (INM/FUNARTE, 1981). Já as “vivências formativas” reforçavam a não hierarquização de conhecimentos nos Painéis, distanciando-se, portanto, da rigidez de um curso de regência.

Contrariamente à orientação do Projeto Villa-Lobos, aos poucos os relatórios vão reportando a pressão dos alunos participantes pela forma tradicional de cursos de técnica de regência, o que revela a hegemonia da forma escolar. Conforme Vincent, Lahire e Thin (2001), a forma escolar está associada ao fortalecimento das práticas escriturais na sociedade moderna, transformada em modo de socialização dominante, caracterizado pelas regras a serem observadas na aprendizagem, assim como pela organização racional de tempo e espaço onde se aprende. Portanto, ela controla o que e como se aprende.

A sistematização das ações do Projeto Villa-Lobos representada, sequencialmente, pelos Laboratórios Corais, Cursos de Regência Coral que por fim reuniam os regentes e cantores nos Painéis, revela a forma de organização do estímulo à formação de regentes, cantores e coros, assim como à produção e divulgação da música coral no país. Se não podia ser traduzido como escola, por acontecer em uma instituição diferente desta, este sistema estava delineado pela forma escolar já que fundado nos problemas encontrados na distribuição do conhecimento, próprios do contexto escolar.

Sendo assim, o exercício de construção de áreas de comparação, bem como de identificação dos conteúdos a elas vinculados, revela elementos que confirmam o controle sobre o que foi legitimado como conhecimento pelos/nos Painéis.

---

<sup>2</sup> A grafia é utilizada no sentido de expressar a compreensão acerca da indissociabilidade entre ensino e aprendizagem (SILVA, 2008).

Regência Coral, a primeira área de comparação, relaciona-se à técnica de regência, percepção, análise e a seleção de repertório musical. Os padrões da “alta cultura”, ou cultura cultivada, orientaram a seleção de conteúdo, revelando *habitus* e capitais valorizados próprios do campo artístico.

Canto, a segunda área de comparação, também teve conteúdo orientado pela cultura cultivada, o que pode ser percebido na proposição dos exercícios de emissão, ressonância e projeção vocais. Esses exercícios organizados para a preparação vocal, ou técnica vocal, distanciam-se da fala ou canto cotidiano, e propõe uma reflexão sobre a qualidade vocal a ser empregada na interpretação do repertório coral, na busca pela homogeneidade da sonoridade dos naipes de cantores, como por exemplo, sopranos, contraltos (vozes femininas) e tenores e baixos (vozes masculinas).

Metodologia e Dinâmica de Ensaio, terceira área de comparação, trata do controle e da eficácia da abordagem dos regentes na condução dos coros e transmissão das obras propostas na composição do repertório. Nessa área de comparação encontramos a necessidade de se ter atenção com as especificidades dos grupos corais: infantil, juvenil, adulto, etc., assim como no que se refere à origem dos mesmos: de universidades, de igrejas, de empresa, etc. Nesse sentido, evidencia-se o aspecto colaborativo e de integração entre cantores e regentes, de forma a possibilitar o sucesso de aproximação, interpretação e expressão de obras musicais propostas para indivíduos que, majoritariamente, não eram cantores com formação musical.

Coro como Espaço de Educação e Distribuição de Conhecimento Musical, a quarta e última área de comparação, propõe que o coro deve ser espaço da experiência musical e, portanto, onde os cantores amadores, sem conhecimentos musicais específicos, poderiam ser introduzidos na prática do canto coral e, através dela, fossem conduzidos no desenvolvimento de sua compreensão musical. O próprio Painel foi pensado nessa perspectiva, como momento de experiência que visava tanto a formação e/ou aprimoramento do regente quanto o estímulo à formação do cantor de coro.

Essas áreas apresentam os conteúdos prescritos para a formação de regente e, ao mesmo tempo revelam a existência de um arbitrário cultural (BOURDIEU, 1996) pela criação de uma necessidade cultural, representada pelo estímulo a uma área de conhecimento, o canto coral, e toda a cadeia que

ela envolve, como por exemplo: o fomento a composição de novas obras musicais para esse tipo de formação; apresentações musicais do gênero; produção de registros fonográficos, etc. Por sua vez, a sustentação dessa necessidade foi pensada na possibilidade de formação de plateia, da formação do “gosto”.

Com função semelhante à da escola, os Painéis deviam aprofundar os conhecimentos musicais de seus regentes para que os mesmos pudessem instrumentalizar seus alunos a compreenderem e interpretar com mais qualidade o repertório musical oriundo de uma seleção da cultura. No entanto a cultura objetivamente “interiorizada e tornada disposição permanente e generalizada para decifrar os objetos e os comportamentos culturais, utilizando código que se serviu para sua codificação” (BOURDIEU; DARBEL, 2007, p.110) não se forja apenas na escola.

Ao investigar a relação entre poder e saber, Lahire (2008) se toma as práticas escriturais da escola, aponta para as desigualdades existentes entre indivíduos, que se revelam na aquisição da linguagem, indica a necessidade de desnaturalizar a razão escolar a partir do entendimento da resistência de alunos de camadas populares na apropriação do que a escola propõe. No mesmo sentido, a partir das reflexões de Green (2008), relacionamos a música dentro do sentido atribuído pela escola que determina o que deve ser considerado como tal. A cultura escrita, dominante no processo de socialização vinculado à forma escolar, também se manifesta no que deve ser legitimado ou considerado como música.

As reflexões propostas pela sociologia da educação musical, ao abordar os sentidos atribuídos à música, explicam a tensão permanente entre conhecimento musical erudito e popular, também observada nos Painéis. Green (1997) aponta dois significados complementares para a música, o inerente e o delineado. Na relação entre indivíduos e músicas esses dois sentidos são dados importantes para o desenvolvimento da compreensão musical. O primeiro deles, o sentido inerente vincula-se aos elementos da própria organização sonora traduzida em música. O segundo, o delineado, é parte da construção de sentidos que a sociedade promove com relação aos produtos de sua cultura. A estratificação e atribuição de valores para certos estilos ou gêneros musicais são exemplos do sentido delineado. Assim, estilos musicais determinados podem distinguir grupos sociais e acrescentar a eles algum tipo de valor social, pela preferência que manifestam, pelo gosto.

Embora possa ser percebido nos Painéis o interesse pela superação das tensões entre música erudita e popular, a cultura escrita apresenta-se como hegemônica e associada à forma escolar. Assim, o fomento à produção musical pela contratação de compositores e arranjadores, registrando na forma de partituras musicais obras de inspiração folclórica, exemplificam o indício de que os códigos próprios da música erudita orientavam as ações dos Painéis Funarte de Regência Coral. Assim, encontramos entre os documentos analisados a existência de programas de concertos com indicação de composições, compositores e arranjadores; partituras musicais de obras eruditas (editadas) e populares (manuscritas) que foram trabalhadas nos Painéis.

A dificuldade encontrada para o pagamento de direitos autorais, podem ser a causa da falta de edições de obras populares nos Painéis. Sendo assim, observamos que os arranjos manuscritos da música popular brasileira, encontrada como componente do repertório musical trabalhado nos painéis, foi selecionado pelo pretexto de qualidade e fundamentado nos critérios de valoração próprios da música erudita. Nesta perspectiva, isto faz com que se estabeleça como música a resultante dos compositores eruditos, uma releitura do folclore brasileiro e uma seleção da música popular brasileira que também será trabalhada nos padrões de qualidade pré-estabelecidos.

Os relatórios resultantes dos Painéis Funarte, a partir da análise comparada por áreas, revelaram que essa ação foi um reflexo da política cultural no período que, em sua operacionalização, resultou em uma política curricular no que diz respeito à seleção, da cultura, de conhecimento especializado a ser distribuído para os regentes corais do Brasil. A Forma Escolar, estratégia da transmissão desses conhecimentos, originária da escola, projeta-se assim em outra instituição social, revelando controle e poder sobre o que e como se ensina.

## Algumas considerações

A investigação teve como objetivos compreender os nexos da proposição de uma política cultural, em período histórico determinado, bem como sua transformação em política curricular. As intenções culturais e curriculares foram percebidas em documentos resultantes dos Painéis Funarte de Regência Coral, por revelarem seleção de conhecimentos musicais, com objetivo de

ativar o desenvolvimento do canto coral brasileiro, este último compreendido como capaz de distribuir os conhecimentos selecionados e ampliar o acesso da população aos bens culturais, neste caso a música.

A análise dos relatórios dos Painéis permitiu compreender o processo de curricularização de conhecimentos musicais, tendo a “alta cultura”, a cultura cultivada, naturalizada e balizadora da seleção desses conhecimentos, que deviam compor a formação de regentes que, por sua vez, atuassem como educadores musicais frente aos coros, facilitando a compreensão e expressão da linguagem musical por parte dos interessados em integrá-los.

A forma escolar, identificada em todas as atividades programadas para os Painéis, revelou-se como estratégia de controle sobre o conteúdo musical selecionado a ser ensinado, assim como sobre a própria forma de sua transmissão. Nesse sentido, a seleção de repertório musical orientado pela cultura erudita, mesmo quando originário da cultura popular e folclórica, a organização do tempo e espaço de *ensinoaprendizagem*, serviram de instrumentos para a legitimação dos conhecimentos propostos.

Com base nas sociologias da cultura e crítica do currículo, compreendemos que as estratégias utilizadas para a seleção de conhecimentos e sua pretensa distribuição se configuram a partir da decisão do governo em tornar acessível à população a produção musical brasileira. Nesse sentido, a seleção curricular traduz a hegemonia dos processos próprios da música erudita, acontecendo à luz da *doxa* do campo artístico: uma ideologia compartilhada, hegemônica, aceita por todos os que assumiram a *illusio* do referido campo como natural, como dada. Assim, o capital cultural valorizado no campo se confirma pelo *habitus* do campo artístico.

---

**Resumo:** O texto apresenta resultados da pesquisa de doutorado concluída, que investigou os Painéis Funarte de Regência Coral (1981-1989), promovidos pelo Instituto Nacional de Música da Fundação Nacional de Arte – INM/FUNARTE. A perspectiva desses painéis era de ativar o processo de desenvolvimento da música coral no país, tomando como foco instituições públicas e privadas (escolas, universidades, associações, empresas e igrejas). Sendo assim, a hipótese com a qual trabalhamos é de que eles propunham a implantação de uma política curricular por meio de uma política cultural, que considerava o coro com instrumento eficaz para a prática, o ensino e a difusão da música. O desenho teórico-metodológico foi delineado, de um lado, pela perspectiva das sociologias da cultura e crítica do currículo e, de outro, pela pesquisa bibliográfico-documental, acrescida das técnicas do estudo comparado. Este último orientado/organizado em torno de quatro áreas de comparação, a saber: regência coral, canto, metodologia e técnica de ensaio, e coro como espaço de educação musical. Em conclusão, revelou-se que os conteúdos selecionados

e distribuídos para a formação do regente coral manifestaram a hegemonia de processos próprios da música erudita, aplicados à música folclórica e popular. Neste contexto, a forma escolar apresentou-se como principal estratégia de conversão da política cultural em curricular, além de expressão de controle sobre o conhecimento selecionado e sua distribuição.

**Palavras-chave:** Cultura. Currículo. Forma escolar. Canto coral

## Referências

APPLE, M. W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de hábitos e campo. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, pp. 59-74.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Trad: Maria Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_; DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

Fundação Nacional de Arte. Relatório de atividades, 1976/1978, Rio de Janeiro: Funarte, 1979, 61 p.

\_\_\_\_\_. Relatório de Atividades, 1979/1980. Rio de Janeiro: Funarte, 1981, 76 p.

Instituto Nacional de Música da Fundação Nacional de Arte – INM/FUNARTE, Relatório do I Painel Funarte de Regência Coral, 1981. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Relatório do II Painel Funarte de Regência Coral, 1982. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Relatório do III Painel Funarte de Regência Coral, 1983. Mimeografado.

\_\_\_\_\_, Relatório do IV Painel Funarte de Regência Coral, 1984. Mimeografado.

\_\_\_\_\_, Relatório do V Painel Funarte de Regência Coral, 1985. Mimeografado.

\_\_\_\_\_, Relatório do VI Painel Funarte de Regência Coral, 1986. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Relatório do VII Painel Funarte de Regência Coral, 1987. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Relatório do VIII Painel Funarte de Regência Coral, 1988. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Projeto Villa-Lobos, 1979.

FERREIRA, A. G. O sentido da educação comparada: uma compreensão sobre a construção de uma identidade. In: SOUZA, Donaldo Bello e MARTINEZ, Silvia Alicia (ORG.), **Educação Comparada: rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009, p. 137-166.

GREEN, Lucy. Pesquisa em sociologia da educação musical. In: **Revista da ABEM**, Salvador, n° 4, p. 25-35, 1997.

\_\_\_\_\_. **Musical onde afears: musical meaning, ideology and education**. USA: Arima Publishing, 2008.

LAHIRE, Bernard. **La raison scolaire**. Rennes, Fr: PressesUniversitaires de Rennes, 2008.

LAKSCHEVITZ, Eduardo (Org.). **Ensaaios: olhares sobre a música coral brasileira**. Rio de Janeiro, Centro de Estudos de Música Coral, 2006.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: **Educação e Sociedade**. Campinas: Unicamp, v.2, n.115, p. 323-337, abril/junho, 2011.

PACHECO, J. A. **Escritos Curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

RODRIGUES, L. B. **A “ERA FUNARTE”: Governo, Arte e Cultura na Década de 70 no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SILVA, F. C. T. Desenhando a cultura escolar: ensino aprendizagem e deficiência mental nas salas de recursos e nas salas comuns. In: Bueno, J. G. S.; Mendes, G. M. L.; Santos, R. A. (Orgs.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2008. p. 67-108, v. 1.

SILVA, Vanderli. **A construção da política cultural no governo militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard & THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: **Educação em Revista**, p.7-48, jun. 2001.

Recebido em maio 2016

Aprovado em julho 2016